

TRANSFORMAÇÕES

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*

Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Nenhum assunto é mais debatido, no Brasil e nas demais nações, do que a necessidade de crescimento econômico para proporcionar a geração de empregos. Mas um aspecto importantíssimo desse debate é sistematicamente relegado e raramente citado: as novas tecnologias reduziram drasticamente as possibilidades de ampliação do mercado de trabalho.

Aqui mesmo no Nordeste temos exemplos gritantes dessa nova situação: a aplicação de inseticida nas lavouras, que era feita manualmente, por centenas de pessoas, ao longo de semanas, pode ser realizada hoje com o emprego de aviões, por um único agente. O que demandava longos períodos de tempo, é resolvido agora em algumas horas. Ainda na agricultura, é possível citar o exemplo do corte de cana, que era feito manualmente. Após a queima, a cana era cortada, amarrada, conduzida no lombo de burros ou em carros de boi para os pontos de caminhões para transporte até as usinas. Na indústria, era necessário o trabalho braçal para colocá-la nas esteiras. Hoje, com raras exceções, a cana, após a queima, é cortada e colhida através de máquinas carregadeiras que colocam em caminhões. Nas usinas, ela é despejada mecanicamente sobre as esteiras.

O açúcar demerara, destinado, em sua maior parte, à exportação, é transportado e embarcado agora a granel, em grandes caminhões, e não em sacos, como antigamente. É possível citar numerosos exemplos, na agricultura, na indústria e nos serviços, explicitando como as novas tecnologias reduziram a necessidade de mão-de-obra.

Isso quer dizer que a retomada do crescimento econômico não resultará na multiplicação de empregos nas proporções em que ocorria há duas ou três décadas.

Cabe, conseqüentemente, aos governos, em pacto com a sociedade, criar novos instrumentos de ação social, tais como auxílio-desemprego, aposentadorias, redução de jornada de trabalho e simplificação nas relações entre empregadores e empregados.

Já foi noticiado que o Ministério do Trabalho tem, em fase de redação, um anteprojeto de lei que elimina cerca de 100 artigos – de um total de 922 – da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, legislação criada há mais de 60 anos, no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, período de exceção que passou à História com a denominação de Estado Novo.

Pela complexidade que cerca a matéria, ela deverá ser discutida com dimensão aproximada à que envolve as reformas da Previdência e Tributária.

Alguns pontos já são considerados muito polêmicos, tais como a duração e as condições de trabalho da mulher, a concessão de férias para quem tem mais de 50 anos e a prestação de serviços no período de férias.

Muitas transformações ocorridas nas últimas décadas deverão repercutir na nova legislação que emergirá do debate. A mulher trocou o lar por um sem número de tarefas externas e o aumento da expectativa de vida faz com que pessoas com mais de 50 anos não dependam de exceções para sobreviverem no mercado de trabalho.

A situação do menor no mercado de trabalho também deverá ser objeto de atenção dos que se envolverem no debate sobre as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.

São as mudanças da sociedade se incorporando ao texto das leis. As transformações são por demais importantes para o crescimento e conseqüentemente para o mercado de trabalho com a criação de novos empregos.